

Relatório da 1ª Oficina 2019 do Comitê Gestor da Rede APS: Inovações para APS forte no SUS

No dia 22 de março de 2019 foi realizada, em Belo Horizonte (MG), a 1ª Oficina 2019 do Comitê Gestor da Rede APS: **Inovações para APS forte no SUS**. A mesa de abertura contou com a participação de Hugo da Gama Cerqueira (Diretor da Face/UFMG) Mauro Guimarães Junqueira (Presidente do CONASEMS) Renato Tasca (OPAS/OMS), Luiz Augusto Facchini e Lígia Giovanella (Coordenadores da Rede APS), e Allan Barbosa (Comitê Gestor Rede APS).

Os membros da mesa chamaram a atenção para a complexa conjuntura atual marcada pelo desfinanciamento crônico e agudo da saúde, a Emenda Constitucional 95, a desvinculação completa dos gastos de saúde e educação e a reforma da previdência. Nesse contexto, o SUS se encontra ameaçado e são colocados grandes desafios para a APS. Luiz Augusto Facchini salientou que o compromisso é a melhoria das condições de saúde da população ampliando a capacidade de resposta da APS, por isso a importância do tema da oficina “**Inovações para APS forte no SUS**”.

Durante a abertura do evento destaca-se a participação do CONASEMS, e a presença do seu grupo de trabalho em Atenção Básica, enfatizando-se que o diálogo permanente e cooperação entre gestores e a academia, e o desenvolvimento de pesquisas são estratégias relevantes para o Sistema Único de Saúde.

A primeira conferência, intitulada “Os Desafios da APS no novo contexto”, foi realizada por Helvécio Miranda Magalhães Júnior (PBH/Instituto René Rachou Fiocruz) com a participação de Renato Tasca, da OPAS, como debatedor.

O conferencista chamou a atenção para a pouca novidade observada nas pesquisas da área e quanto a necessidade de agenda da gestão estar “casada” com a pesquisa. Mencionou a aproximação com a Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade para avançar na definição de ações mais incisivas para impactar na qualidade do cuidado integral em saúde e melhorar a APS.

Segundo Helvécio, estas ações podem estar associadas ao financiamento, os recursos humanos e o cuidado. No que diz respeito ao financiamento, o desafio é a desvinculação dos recursos de saúde. A Federação e os estados diminuirão os recursos, afetando os municípios, os quais não tem como diminuir os gastos. Para ele, nessas condições, qualquer dinheiro disponível deveria ir para a atenção básica, para os municípios, mas na realidade não é tão simples, devido à pressão do complexo médico industrial e financeiro em saúde, o que demandará uma regulação tecnológica.

Em relação aos recursos humanos o conferencista chamou a atenção inicialmente para a categoria médica. A formação desses profissionais deveria ser para médicos de família e comunidade e depois analisar a necessidade de especialidades. No entanto, observa-se pouco reconhecimento e incentivos para a formação e atuação desse profissional. Observa-se também a necessidade de equipes multiprofissionais que trabalhem de maneira conjunta, no entanto os profissionais de diferentes áreas não são formados para trabalharem nessa perspectiva. Essas questões demonstram que não existe uma simbiose entre o aparato formador e o cuidador.

Acerca do cuidado, o palestrante afirmou serem necessárias importantes mudanças na rede de referência e contra referência. Precisa-se de ferramentas para a gestão da atenção, tendo a APS como coordenadora do cuidado. Dessa maneira, poderia se concretizar a integralidade, de modo que o usuário se sinta contemplado sempre que precisar. É necessário apresentar aos gestores soluções para essas questões, isso seria inovação.

Outros desafios em relação ao cuidado foram destacados por Magalhães Júnior como as muitas funções assumidas pelas equipes de saúde, a relação equipe/população, a supervisão, e a questão da impossibilidade de ter uma equipe padrão para todo o Brasil, aspectos sobre os quais a academia pode dar apoio.

O debatedor Renato Tasca destacou que apesar de haver consenso científico internacional sobre as evidências positivas da APS, fora da comunidade científica existe pouco entendimento sobre o que é a APS e se continua considerando como APS seletiva. Essa é uma questão que precisa de intervenção. Também chamou a atenção sobre a crise econômica e as medidas de austeridade fiscal, como a redução do bolsa família e da Estratégia Saúde da Família que poderiam afetar de maneira negativa a saúde da população. Além disso, o debatedor questionou o foco na rede de atenção, quando a ênfase deveria ser conseguir uma APS forte e resolutiva para coordenar a rede. Sobre esse ponto mencionou um estudo proposto pela OPAS/OMS em 2018, o qual buscou identificar estratégias, ações e inovações para o enfrentamento aos obstáculos à produção de resultados em saúde pela APS no SUS. O estudo contou com a participação de gestores ou ex-gestores em saúde, professores/pesquisadores de universidade, setor privado e outros (organismos internacionais, entidades de classe, consultores independentes), das diferentes regiões do Brasil. O resultado foi a formulação de 20 recomendações para alcançar uma APS forte, organizada em quatro grandes áreas:

- Governança do sistema: que inclui questões como o fortalecimento da identidade e o reconhecimento e identificação da população com o programa para que seja defendido por eles mesmos
- Tecnologia para gerenciar, aceder a informação, garantir acesso e qualidade, e fortalecer o diálogo com a população
- Recursos humanos: formação de profissionais acorde com as necessidades no SUS
- Condições de trabalho das equipes, não só físicas de infraestrutura das unidades senão também de incentivos laborais.

Após finalizar a conferência abriu-se o espaço para perguntas e/ou comentários dos participantes. Os gestores do grupo de atenção básica do CONASEMS comentaram problemáticas como a inequidade (financeira e nas horas trabalhadas) entre os profissionais da equipe de atenção, a coordenação do cuidado, que pode favorecer a qualidade da atenção, a gestão do cuidado, que deveria ser realizada de maneira diferente em cada território segundo a sua realidade particular, a fixação de profissionais e a inadequada e insuficiente formação em atenção básica. Mauro Guimarães Junqueira, presidente do CONASEMS, propôs sistematizar a aproximação com a academia por meio de reuniões constantes com a Rede APS. Luiz Augusto Facchini concordou com a proposta e lembrou que desde o início da rede se propôs operacionalizar a colaboração horizontal entre diversas instituições como o Ministério da Saúde, o CONASEMS, a Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, dentre outras que têm estado presentes durante os 8 anos de funcionamento da rede. Também destacou que o foco na formação em atenção básica deve se dar em todo o processo formativo desde a graduação e residência, incorporando docentes em saúde da família. Ademais, propôs a conformação de um fórum permanente junto com a gestão para a construção sobre as questões que se tem discutido. Para finalizar, Helvécio Miranda Magalhães Júnior concordou com Facchini e Mauro Guimarães Junqueira sobre a proposta de manter um fórum mais permanente em Belo Horizonte para debater sobre a atenção básica.

Continuando com a agenda da oficina, a docente Maria Turci (UNIFENAS) apresentou a conferência “Avaliação da Atenção Primária à Saúde - Estudo Realizado entre Profissionais de Saúde aliado a Estudo Transversal de Base Populacional”. A conferencista iniciou sua apresentação fazendo uma contextualização histórica das pesquisas em atenção básica, destacando que desde a implantação da ESF tem se procurado processos avaliativos da qualidade, impacto e resultados. Em seguida discorreu sobre o contexto do

seu estudo realizado em Belo Horizonte, onde se encontram implantadas 589 equipes da ESF com mais de 80% de cobertura priorizando as áreas de maior vulnerabilidade. A pesquisa esteve orientada pelo modelo de Andersen (1973), segundo o qual se tem equidade quando o que define o acesso são as necessidades. Os métodos utilizados foram o instrumento PCATool (Primary Care Assessment Tool) aplicado aos gestores e não aos usuários, e por outro lado um inquérito de saúde dos adultos na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Alguns resultados apontados pela autora indicam que ter uma necessidade de saúde e contar com médico de referência aumenta a chance de acesso, principalmente nas mulheres que moram em áreas de alta vulnerabilidade. Por outro lado, encontrou-se que o serviço privado apresenta melhor desempenho, embora, nas áreas com ESF o serviço público se aproxime desse nível de desempenho. Para finalizar, a pesquisadora chamou a atenção sobre o papel da rede para prover instrumentos de avaliação da APS para este tipo de estudos.

Ao abrir o espaço para perguntas e comentários os gestores do grupo de atenção básica do CONASEMS expuseram suas considerações sobre a nova PNAB e questionamentos sobre o PMAQ. Sobre a PNAB destacaram que, para eles, dar atribuições comuns aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e aos Agentes de Combate as Endemias (ACE) tem ajudado na eficiência, diminuição na carga de trabalho dos ACE e na integração das ações. Uma gestora do Paraná destacou que ACS e ACE passaram por um processo de formação para assumir as novas funções, no entanto apresentou-se muita resistência por parte das duas categorias. Em relação ao PMAQ, os gestores não se encontram de acordo, sugerem que esse processo avaliativo nem sempre reflete a realidade e os avaliadores às vezes não entendem a prática cotidiana da atenção básica. Por tanto, CONASS e CONASEMS estão desenvolvendo um trabalho conjunto para propor um instrumento de avaliação da qualidade alternativo através da colaboração tripartite e com a academia.

Outros participantes responderam aos questionamentos, propondo a realização de estudos de caso sobre a implementação das atribuições comuns aos ACS e ACE nos municípios. Também, sugeriu-se que CONASS e CONASEMS não realizem propostas sem contar com quem têm implementado o PMAQ, a proposta é fazer juntos.

À tarde foi realizada a Reunião do Comitê Gestor na qual discutiram-se os temas a seguir:

- Apresentação dos avanços realizados nos três estudos de caso do laboratório de inovação em APS da OPAS (Teresina, Distrito Federal e Porto Alegre);

- Participação da Rede no **8º Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde da Abrasco** que será realizado na Universidade Federal da Paraíba de 26 a 30 de setembro: nas atividades de pré-congresso será realizada a 2ª Oficina 2019 do Comitê Gestor da Rede APS. Ademais, os membros do Comitê Gestor sugeriram possíveis temas para mesas de discussão e debate (análise de conjuntura - revisitando a agenda estratégica da Rede APS num contexto de restrição de direitos, ação comunitária dos ACS, saúde das populações do campo, floresta e águas, Programa Mais Médicos, APS e iniquidades, formação profissional);
- Aproximação e colaboração entre Rede e o CONASEMS;
- Alterações realizadas no site da Rede, conta de Facebook e Twitter;

A oficina finalizou com o lançamento da Revista Eletrônica da Rede APS - **APS em Revista**. Allan Barbosa apresentou a publicação eletrônica, que terá uma periodicidade quadrimestral, com 08 artigos por número e busca divulgar artigos de desenvolvimento teórico, trabalhos empíricos e ensaios. Será um veículo de divulgação científica, acadêmica e profissional voltado a pesquisadores, profissionais, usuários e gestores da Atenção Primária à Saúde. O primeiro número da revista já se encontra no ar e pode ser consultado no site <https://apsemrevista.org/aps>

Por Diana Ruiz e Valentina Martufi – doutorandas que contribuem para a REDE APS